

Comissão de Justiça, Legislação e Redação

PARECER N° 473 /2025

Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 30/2025

Processo nº 577/2025

Iniciativa: CRISTIANO DA SILVA, CORONEL PRADO, DR. LELO, ENFERMEIRO DELMIRAN

Assunto: Altera a Lei Complementar nº 827, de 10 de julho de 2012, de modo a reformular a regulamentação sobre cavalgadas no Município de Araraquara.

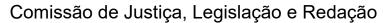
Trata a presente o presente parecer de projeto que em síntese visa alterar a <u>Lei Complementar nº 827</u>, de 10 de julho de 2012, modificando a regulamentação sobre cavalgadas de que trata o Capítulo III-A da norma.

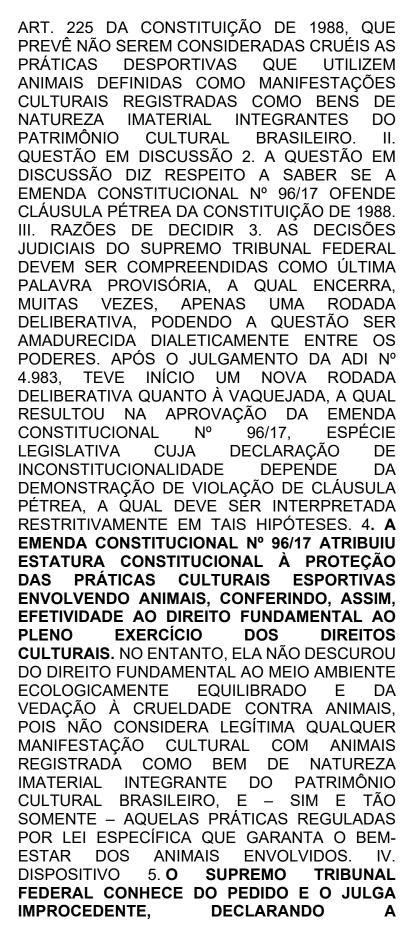
Pois bem, entendemos como competente o munícipio para dispor sobre a matéria, visto tratar-se de assunto de interesse local, conforme art. 30, I, da Constituição Federal, e uma vez que o que se pretende é sopesar os valores da prevenção de maus tratos contra animais com valores e tradições culturais que motivam a realização das cavalgadas, em harmonia, portanto, com a competência comum dos entes prevista nos incisos VI e VII do art. 23 e com a competência material dos municípios prevista no inciso IX do art. 30, ambos da Carta Maior.

Especificamente quanto ao que se pretende, ressalte-se que a propositura se encontra em harmonia com o entendimento do Supremo Tribunal Federal na <u>ADI nº 5728/DF</u>, na qual entendeu a Corte não haver violação a direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado na <u>Emenda Constitucional nº 96, de 6 de junho de 2017</u>, que inscreveu no texto constitucional garantia práticas desportivas que utilizem animais que se caracterizem como manifestações culturais.

CONSTITUCIONAL DIREITO Ε **OUTRAS** MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. ACÃO DIRETA INCONSTITUCIONALIDADE. DE **EMENDA** CONSTITUCIONAL Ν° 96/2017. **PRÁTICAS** DESPORTIVAS COM UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS. MANIFESTAÇÕES CULTURAIS REGISTRADAS COMO **BEM** DE **NATUREZA IMATERIAL** DO **INTEGRANTE PATRIMÔNIO CULTURAL** Brasileiro. Exigência de lei específica GARANTIDORA DO BEM-ESTAR DOS ANIMAIS ENVOLVIDOS. CONSTITUCIONALIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. I. CASO EM EXAME 1. AÇÃO DIRETA AJUIZADA CONTRA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96, DE 6 DE JUNHO DE 2017, A QUAL ACRESCEU O § 7º AO









Comissão de Justiça, Legislação e Redação

CONSTITUCIONALIDADE EMENDA DA CONSTITUCIONAL Nº 96, DE 6 DE JUNHO DE **DISPOSITIVOS RELEVANTES** CITADOS: CF/1988, ARTS. 1°, INCISO V: 215. CAPUT E § 1°; 225, § 1°, INCISO VII, E § 7°. JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE CITADA: ADI Nº 4.983, REL. MIN. MARCO AURÉLIO, TRIBUNAL PLENO, DJE DE 27/4/17; ADI Nº 5 .105, REL. MIN. LUIZ FUX, TRIBUNAL PLENO, DJE DE 16/3/16; ADI Nº 2.395/DF, REL. MIN. GILMAR MENDES, DJ DE 23/5/08; ADI Nº 2.024/DF, REL. MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE, DJE DE 22/6/07; ADI Nº 1.946-MC, REL. MIN. SYDNEY SANCHES, PLENÁRIO, DJ DE 14/9/01.

(STF - ADI: 0000000000000005728 DF - DISTRITO FEDERAL, RELATOR.: MIN. DIAS TOFFOLI, DATA DE JULGAMENTO: 17/03/2025, TRIBUNAL PLENO, DATA DE PUBLICAÇÃO: PROCESSO ELETRÔNICO DJE-S/N DIVULG 08-04-2025 PUBLIC 09-04-2025 – grifos nossos)

Assim, forçoso interpretar que Parlamento e Supremo Tribunal Federal alinharam entendimento no sentido de que certas atividades culturais tradicionais com animais podem ser mantidas. E tal é o caso presente em que o vereador pretende que nas cavalgadas seja facultado o uso tradicional de esporas e adereços, desde que preservado o bem-estar animal, ou seja, desde que se tratem de esporas sem pontas e que não causem ferimentos.

Outra modificação relevante que pretende o vereador com o anteprojeto é garantir que o transporte de animais seja feito em veículos adequados, o que mais uma vez se alinha com a proteção animal.

Igualmente, não nos parece desarrazoada a intenção de atribuir a responsabilidade pela ausência de chipagem ao proprietário do animal e não ao organizador do evento.

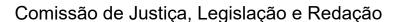
Por fim, pretende o vereador revogar dispositivo que exige a apresentação lista com animais e respectivos tutores em até 15 (quinze) dias antes do evento, o que nada mais é que o exercício de uma opção legislativa legítima, haja vista o caráter muitas vezes quase que espontâneo desse tipo de evento.

Ressalte-se que, no que diz respeito à possibilidade de iniciativa legislativa do vereador no caso presente, entendemos ser lícito à vereança legislar sobre a matéria, não havendo que se falar em vício de iniciativa, posto que a presente intenção legislativa não pretende dispor sobre atribuições de órgãos ou servidores públicos, não avança sobre a reserva de administração do Prefeito, nem trata de nenhum dos temas dispostos no art. 74 da Lei Orgânica

Rua São Bento, 887, Centro, Araraquara - SP, CEP 14801-300 www.camara-arq.sp.gov.br



MARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA



do Município de Araraquara, nem tampouco das matérias listadas no rol do art. 24, § 2°, da Constituição Estadual.

Ressalte-se que leis complementares exigem para a sua aprovação o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara (Art. 75, parágrafo único, Lei Orgânica do Município de Araraquara) e que a propositura, na forma regimental, estará sujeita a dois turnos de discussão e votação várias matérias, inclusive os projetos de lei complementar (Art. 244, II, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araraquara, anexo à Resolução número 399, de 14 de novembro de 2012).

Ante o exposto, entendemos ser juridicamente possível a alteração pretendida da <u>Lei Complementar nº 827, de 10 de julho de 2012</u>.

À Comissão de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Causa Animal para manifestação.

Pela legalidade.	
É o parecer, s.m.j.	
Sala de reuniões das comissões, 19 de novembro de 2025.	
Dr. Lelo	
Presidente da Comissão	
Geani Trevisóli	Maria Paula





ASSINATURAS DIGITAIS

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Araraquara. Para verificar as assinaturas, clique no link: https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=7CD064C6XP6S58CE , ou vá até o site https://consulta.camara-arq.sp.gov.br/documentos/autenticar e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7CD0-64C6-XP6S-58CE